



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 17.935.388/0001-15**

**LEI MUNICIPAL Nº1.735, 23 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA  
DO MUNICÍPIO DE CAREAÇU PARA O  
EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Careaçú/MG no uso de suas atribuições aprovou e eu, Prefeito Municipal de Careaçú, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o **Exercício de 2026**, compreendendo o orçamento referente aos Poderes Executivo e Legislativo.

**Art. 2º** - O orçamento do Município de Careaçú estima receita em R\$ 44.850.000,00 (Quarenta e Quatro Milhões e Oitocentos e Cinquenta Mil Reais) e fixa a despesa em igual valor.

**Art. 3º** - As receitas serão realizadas mediante arrecadação dos tributos, contribuições, transferências de outras esferas de governo e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, de acordo com os quadros anexos a esta Lei, estimados com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS POR FONTES	
Receitas Correntes	
Receita Tributária	4.450.400,00
Receita de Contribuições	500.000,00
Receita Patrimonial	900.000,00
Transferências Correntes	44.414.000,00
Outras receitas Correntes	480.600,00
<b>Sub total</b>	<b>50.745.000,00</b>
Dedução para o FUNDEB	(6.065.000,00)
<b>Sub total</b>	<b>44.680.000,00</b>
Receitas de Capital	
Alienação de Bens	20.000
Transferências de Capital	150.000,00
<b>Sub total</b>	<b>170.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>44.850.000,00</b>

**Art. 4º** - As despesas do Município de Careaçú serão realizadas de acordo com os seguintes desdobramentos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 17.935.388/0001-15

<b>DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO</b>	
Legislativa	2.442.879,81
Administração	5.042.939,72
Segurança Pública	115.000,00
Assistência Social	1.042.400,00
Previdência Social	365.000,00
Saúde	13.522.804,03
Educação	11.991.100,00
Cultura	1.055.700,00
Direito da Cidadania	12.000,00
Urbanismo	4.805.976,44
Habitação	2.500,00
Saneamento	283.000,00
Gestão Ambiental	21.000,00
Agricultura	287.000,00
Indústria	8.000,00
Comunicações	19.000,00
Transporte	1.855.000,00
Desporto e Lazer	533.700,00
Encargos Especiais	1.395.000,00
Reserva de Contingência	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>44.850.000,00</b>

<b>DESPESAS POR UNIDADES DE GOVERNO</b>	
Câmara Municipal	2.442.879,81
Gabinete e Secretaria do Prefeito	430.000,00
Secretaria Municipal de Administração	3.105.439,72
Secretaria de Finanças	2.645.000,00
Secretaria Municipal de Educação	11.991.100,00
Secretaria de Cultura, Meio Ambiente e Turismo	1.933.650,00
Secretaria Municipal de Saúde	13.522.804,03
Secretaria Municipal de Assistência Social	1.416.400,00
Secretaria Obras e Serviços Urbanos	7.362.726,44
<b>TOTAL</b>	<b>44.850.000,00</b>

<b>DESPESAS POR CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS ECONOMICAS</b>	
<b>Despesas Correntes</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	20.682.112,85
Juros e Encargos da Dívida	456.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 17.935.388/0001-15**

---

Outras Despesas Correntes	19.731.132,18
<b>Subtotal</b>	<b>40.869.245,03</b>
Superávit do Orçamento	3.810.754,97
<b>Subtotal</b>	<b>44.680.000,00</b>
<b>Despesas de Capital</b>	
Investimentos	2.990.754,97
Amortizações da Dívida	940.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>3.930.754,97</b>
Reserva de Contingência	
Reserva de Contingência	50.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>44.850.000,00</b>

**Art. 5º** - Fica o chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias, nos limites e fontes de recursos abaixo com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

**I - A abrir créditos suplementares:**

a) Decorrentes de superávit financeiro, até o limite de 30% (trinta por cento), das despesas orçadas, de acordo com o estabelecido no art. 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei 4.320/64, considerados os créditos relativos à disponibilidade do exercício anterior, efetivamente apurado em balanço;

b) Decorrentes de excesso de arrecadação, até o limite de 30% (trinta por cento) das despesas orçadas, conforme estabelecido no art. 43, § 1º, inciso II e § 3º e § 4º da Lei 4.320/64 e no disposto no art. 167, inciso VI da CF;

c) Decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, respeitado o limite de 30% (trinta por cento), do orçado por esta Lei, conforme no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64.

**Art. 6º** - Durante a execução do Orçamento o Poder Executivo fica autorizado a:

**I** - Realizar operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária, com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro do Município observada a legislação vigente;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 17.935.388/0001-15**

---

**II** - Criar, se necessário for, elementos de despesa dentro de cada ação, respeitada as demais prescrições constitucionais;

**III** - Criar, se necessário for, fontes de recursos dentro de cada ação, respeitadas as demais prescrições constitucionais;

**Art. 7º** - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinárias só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

**Art. 8º** - Durante o exercício de 2026 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

**Art. 9º** - Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Legislativo estabelecerá através de cronograma de desembolso, os valores a serem repassados mensalmente pelo Poder Executivo.

**Parágrafo Único**- Não estabelecida à programação determinada no "caput", a transferências de recursos financeiros ao Legislativo Municipal, para atender ao disposto, do inciso III do §2º do art.29-A da Constituição Federal será realizada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total da despesa destinada ao Poder Legislativo Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

**Art. 10** - Os programas e ações inseridas e ou alterados nesta Lei passam a fazer parte integrante do PPA 2026/2029.

**Art. 11** - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2026, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

**Eugênio Ribeiro dos Santos Neto**  
**Prefeito Municipal**

**Extrato de Publicação de Lei**

Certifico que a Lei nº 1.735 de 23 de dezembro de 2025, foi publicada no quadro de aviso desta Prefeitura nesta data, bem como no site <https://careacu.mg.gov.br/legislacao/>.  
Gabinete do Prefeito.